

AS FERRAMENTAS DA PESQUISA QUALITATIVA APLICADAS AOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Antonio César Ortega
Filipe Prado Macedo da Silva

1 INTRODUÇÃO

A metodologia desenvolvida neste livro foi aplicada a dois territórios baianos, o Território do Sisal e o Território do Litoral Sul. Neles se sobrepõem tanto as políticas territoriais rurais do governo federal – Território Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Territórios da Cidadania – como também a política territorial do governo baiano que se objetiva nos territórios de identidade.

Para esses dois territórios, foram utilizadas tanto a metodologia qualitativa, por meio de entrevistas a atores representativos e outras formas de observação, como a metodologia quantitativa – análise multivariada, para a construção de um índice de desenvolvimento rural, e estatística espacial, para a construção de *clusters* espaciais –, empregada nos capítulos 6 e 7. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é descrever o delineamento metodológico realizado para a pesquisa qualitativa, mas com aplicação ao uso do enfoque territorial.

2 A METODOLOGIA QUALITATIVA

Inicialmente, destaca-se que o caráter interdisciplinar do objeto de pesquisa requer adotar estratégias diferentes de metodologias. Na verdade, as metodologias utilizadas na pesquisa podem ser definidas, como destacou Flick (2009a, p. 40), por “abordagens de metodologia mista, uma combinação pragmática entre pesquisa qualitativa e quantitativa”. Entre os economistas, as abordagens quantitativas dispensam justificativas, passa-se, então, a tecer alguns comentários que permitem justificar o uso das metodologias qualitativas.

De acordo com Flick (2009a, p. 20), as pesquisas qualitativas podem ser justificadas em virtude de que “a mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais”. Nesse caso, nos chama a atenção o autor, os pesquisadores, quando utilizam as metodologias dedutivas tradicionais, obtidas a partir de modelos teóricos e testadas em evidências empíricas, e se deparam com

a diferenciação dos objetos, em mudança acelerada, ficam cada vez mais obrigados a utilizar estratégias indutivas. Contudo, ressalta, isso não significa desconsiderar a influência dos demais conhecimentos metodológicos.

O fundamental, portanto, é que os princípios norteadores e do planejamento da pesquisa alcancem suas finalidades, isto é, “isolar claramente causas e efeitos, operacionalizar adequadamente relações teóricas, medir e quantificar os fenômenos, desenvolver planos de pesquisa que permitam a generalização das descobertas e formular leis gerais (...)” (Flick, 2009a, p. 21).

Dessa maneira, lança-se mão de uma metodologia qualiquantitativa, pois esta é uma estratégia necessária e útil em função dos objetos e objetivos perseguidos na problemática do desenvolvimento territorial rural. Assim, combina-se ou integra-se o uso de dados primários (obtidos em análise de documentos ou a partir de entrevistas junto aos atores sociais) e secundários (basicamente das fontes tradicionais: censos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, banco de dados oficiais etc.). O *mix* metodológico permite a triangulação dos dados primários e secundários e dos dados qualitativos e quantitativos, fortalecendo a análise daquilo que se estuda. Várias técnicas de coleta de dados possibilitam que o desenho da pesquisa permaneça flexível, sensível e ajustável a novas ideias e perspectivas.

As metodologias qualitativas utilizadas neste trabalho, que apresentam maior resistência entre os economistas, foram as chamadas *pesquisação*, ou análise participativa, as quais se objetivaram pela aplicação de questionários semiestruturados em entrevistas com líderes representativos, bem como por análise documental e, em menor medida, por análise do discurso.

No caso da *pesquisação*, a dificuldade se impõe em virtude da exigência da permanência *em terreno*,¹ o que requer longos períodos, fato esse que nem sempre é possível em decorrência dos elevados custos que essa técnica incorre para a pesquisa em si. Dessa maneira, pelas condições que normalmente se encontra, a estratégia mais usual tem sido a aplicação de questionários semiestruturados, que passa pela seleção de atores líderes representativos da base social pesquisada.

Assim, por meio de entrevistas orais temáticas, registram-se depoimentos de diferentes segmentos sociais envolvidos nos processos de diagnóstico, formulação de projetos territoriais e gestão, entrevistando representantes de segmentos sociais que constituem os arranjos socioprodutivos e de gestores públicos. Na próxima seção deste capítulo, observaremos como é definida a amostragem qualitativa nos estudos territoriais e como são desenhados os procedimentos metodológicos.

1. Pesquisa em campo, ou seja, diretamente no objeto de estudo.

Por vezes, confrontam-se os resultados obtidos nas entrevistas junto às lideranças representativas de uma determinada base social com a aplicação de um questionário estruturado a uma amostra aleatoriamente selecionada junto à base social que aquela liderança representa.

Essas estratégias, que permitem uma evidência oral, auxiliam o pesquisador a expor os silêncios dos atores sociais, as lacunas e as deficiências da documentação escrita e dos dados secundários e representam, portanto, uma possibilidade real de troca de experiências, de diálogo, de registro, preservação e crítica das diferentes experiências dos atores sociais territoriais.

Isso acontece porque os pesquisadores podem compartilhar novas concepções de pesquisa, as quais ampliam o conceito de fontes, considerando o seu caráter de construção, bem como discutem sua historicidade e sua parcialidade e identificam e analisam documentos importantes dos processos de desenvolvimento analisados. Portanto, os documentos não falam por si, mas como são evidências, registros da experiência pessoal e profissional dos sujeitos históricos, são fontes importantes para o levantamento de dados e a produção de interpretações de acordo com os objetivos propostos.

De posse dos dados, sempre que possível, os fenômenos observados foram classificados de acordo com a frequência e distribuição por meio de técnicas quantitativas. Dessa maneira, novamente recorrendo a Flick (2009a, p. 33-34), atenta-se para o fato de que,

no cotidiano da prática de pesquisa, (...) frequentemente se faz necessária e útil a ligação entre as duas abordagens [qualitativa e quantitativa] por razões pragmáticas. Portanto, como podemos conceituar a triangulação de uma forma que leve realmente em conta as duas abordagens, incluindo suas peculiaridades teóricas e metodológicas sem qualquer tipo de subordinação apressada de uma abordagem sobre a outra.

Esse tem sido o desafio metodológico que vimos perseguindo: a utilização de abordagens quali quantitativas nas temáticas relacionadas com o desenvolvimento territorial.

3 PESQUISA QUALITATIVA E O ENFOQUE TERRITORIAL

Qualquer estudo de natureza territorial inicia seu desenho de pesquisa com a seleção do território, ou seja, com a seleção do objeto *geográfico* de estudo. Diferentemente da pesquisa quantitativa orientada pela seleção formal – por exemplo, a seleção aleatória –, os estudos territoriais qualitativos são concebidos a partir de uma seleção deliberada ou uma amostragem intencional.

Quando os autores Ortega e Jeziorny (2011) resolvem estudar o Território Vale dos Vinhedos, ou Ortega e Jesus (2012) decidem estudar o Território do Cerrado Mineiro,

em ambos os casos, a seleção do território foi intencional, baseada em conhecimento prévio da importância ou das particularidades do território, circunstâncias de *conveniência* e de facilidade para acessar pessoas, situações – a serem observadas – e/ou lugares (Flick, 2009a). Isso explica – em parte – por que alguns territórios são estudados e outros não, ou por que alguns estudos territoriais adquirem mais profundidade do que outros.

Em outras palavras, os estudos territoriais de natureza qualitativa necessitam que os pesquisadores estejam diretamente envolvidos e/ou incrustados no objeto de estudo para que possam entender, descrever e explicar os fenômenos socioeconômicos “desde dentro”. Assim, a pesquisa qualitativa opera muito mais “fora” do que “dentro” de laboratórios, exigindo acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural – ou seja, no mundo “lá fora”. Em termos práticos, ao escolher o território *A*, e não o território *B*, o pesquisador qualitativo leva em conta – ainda no projeto de pesquisa – sua capacidade de envolvimento na realidade concreta. Isso não quer dizer que os estudos territoriais qualitativos sejam menos rigorosos que os estudos territoriais quantitativos, apenas revelam que o material empírico é diferente (Flick, 2009a; 2009b; Gibbs, 2009).

Enquanto nos estudos quantitativos o material empírico são os números e as bases de dados, nos estudos qualitativos este são as realidades concretas em estudo. Ou seja, a pesquisa qualitativa está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas e rotinas do dia a dia e em seus conhecimentos cotidianos (Flick, 2009a, p. 16). Além disso, a seleção do território a ser estudado deve levar em conta os recursos disponíveis ou necessários – como tempo, pessoal, apoio técnico, competências, experiências, financiamento etc.

O fato é que os recursos disponíveis ou necessários são limitados – por exemplo, o tempo de execução das pesquisas depende dos prazos de financiamento – exigindo dos pesquisadores um maior rigor na seleção do território, já que obstáculos operacionais podem comprometer a qualidade do relatório/texto final (Flick, 2009a, 2009b).

Após a seleção do território, os pesquisadores qualitativos escolhem se o estudo territorial será um *estudo de caso unitário* ou um *estudo de casos comparativos*. No primeiro caso, basta selecionar um território. Mas, se for um *estudo de casos comparativos*, os pesquisadores necessitam selecionar dois ou mais territórios, o que torna a pesquisa qualitativa mais complexa e, por isso, exige um desenho de investigação mais amplo e/ou flexível.

Por exemplo, Silva (2015) optou por estudar apenas o Território do Sisal, enquanto Jeziorny (2015) optou por comparar o Território Vale dos Vinhedos (no Brasil) com o Território Montilla-Moriles (na Espanha). No primeiro caso, um *estudo de caso unitário*, e no segundo, um *estudo de casos comparativos*. Isso revela

que os estudos territoriais comparativos exigem que os pesquisadores elejam mais de um objeto *geográfico* de estudo.

Além do mais, os pesquisadores qualitativos precisam definir também a *temporalidade* do estudo territorial, ou seja, se vão analisar fatos passados (estudo retrospectivo), fatos presentes (estudo conjuntural), e/ou fatos futuros (estudo prospectivo). Por exemplo, Silva (2012), ao analisar o Território do Sisal, mesclou fatos passados com fatos presentes, gerando um estudo predominantemente *longitudinal*.

No caso de Silva (2015), a análise se objetivou para o Território do Sisal, mas enfocando fatos futuros, ou seja, gerou-se um estudo predominantemente *transversal*. Assim sendo, quando o estudo territorial abrange apenas um período temporal, é um *estudo predominantemente transversal*, e quando abrange mais de um período temporal, é um *estudo predominantemente longitudinal*.² A seleção do(s) período(s) temporal(is) depende dos objetivos científicos dos pesquisadores e também dos recursos disponíveis ou necessários para realizar a pesquisa.

A etapa seguinte ocupa-se em determinar o tema com que se abordará o(s) território(s) em estudo. Os pesquisadores podem estudar o sistema educacional, os aspectos geográficos, as mudanças climáticas, as atividades econômicas do território, os aspectos sociais, a governança política, as políticas públicas territoriais etc. Ao determinar o tema, é possível desenhar os enfoques teóricos, epistemológicos e metodológicos a serem utilizados na pesquisa qualitativa. Em outras palavras, com a delimitação do tema/assunto, é possível eleger as posições teóricas mais adequadas para o estudo, e, logo, os métodos de coleta de dados e de interpretação mais adequados ao programa teórico em questão.

Por exemplo, Silva (2012) optou por analisar as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Território do Sisal, na Bahia. Ao delimitar o tema, o autor pôde traçar os enfoques teóricos, epistemológicos e metodológicos do estudo, levando em conta o público-alvo da pesquisa, o rigor científico do relatório/texto final e os objetivos gerais e específicos traçados no projeto de pesquisa. Em suma, Silva (2012) seguiu as sugestões de Flick (2009a, p. 9), para quem “a pesquisa qualitativa parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda (...)”. Em termos práticos, isso significa que a pesquisa qualitativa é um “guarda-chuva” que inclui uma série de enfoques das ciências sociais (Angrosino, 2009; Banks, 2009; Barbour, 2009; Flick, 2009a; 2009b; Gibbs, 2009). Quanto mais sensível, mais flexível e mais ajustável for os enfoques, melhor será o desenho do estudo territorial qualitativo.

2. O estudo predominantemente longitudinal pode prever também múltiplas coletas ao longo do tempo. Ou seja, um pesquisador pode passar décadas “debruçado” sobre o mesmo território, realizando múltiplos e sucessivos trabalhos de campo para capturar a evolução dos fenômenos no tempo (Angrosino, 2009; Barbour, 2009; Flick, 2009a; 2009b).

Outro aspecto importante que os pesquisadores qualitativos precisam definir é em qual nível sociológico – em razão de a pesquisa qualitativa estudar o mundo social – executarão o estudo territorial. Neste contexto, o nível *micro* se refere aos estudos centrados nas pessoas, enquanto o nível *macro* se refere aos estudos centrados nas instituições. Desse modo, ao definir o nível sociológico do estudo, é possível organizar um plano para coletar e analisar as evidências que permitirão aos pesquisadores qualitativos responder aos problemas do estudo. Compreender a diferença – entre o nível *micro* e o *macro* – será fundamental para executar a pesquisa de campo (o estudo concreto), visto que analisar experiências de indivíduos (ou grupos de indivíduos) é muito diferente de analisar experiências institucionais. Apesar disso – em ambos os níveis –, é imperativo que se administre bem o tempo e os recursos disponíveis ou necessários.

No caso do nível *micro*, em geral, o estudo territorial qualitativo centrará os métodos de pesquisa em experiências de pessoas (estudo biográfico) ou em grupos de pessoas – grupo focal³ (Angrosino, 2009). A ideia é examinar as interações e as comunicações (formais e informais) que se desenvolveram ou que estejam se desenvolvendo no objeto *geográfico* de estudo. Por exemplo, pode-se estudar o território *C* a partir da experiência de vida de um líder social, ou de um líder político, ou de um agricultor, ou de um empresário. Ou pode-se estudar o território *C* a partir das experiências de vida em conjunto – mediante o uso do grupo focal, em que o líder social, o líder político, o agricultor e o empresário estariam envolvidos de forma conjunta (ou conflituosa) durante a pesquisa de campo (Barbour, 2009). No primeiro exemplo (estudo biográfico), o foco é individual, e no segundo (grupo focal), o foco é grupal.

No caso do nível *macro*, em geral, o estudo territorial qualitativo centrará os métodos de pesquisa em experiências institucionais. Isso significa que a coleta de dados e a interpretação ocorrerão a partir de interações e comunicações (formais e informais) dentro das instituições e entre as instituições.⁴ O foco aqui não são os indivíduos (ou grupos de indivíduos), mas o modo como os indivíduos (ou grupos de indivíduos) agem em nome das instituições e o modo como estas se organizam para interagir/interatuar com outras instituições. Por exemplo, Silva (2012) optou por analisar as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Território do Sisal em nível *macro*, centrando-se nas instituições e nas cúpulas dirigentes destas instituições (aplicando a perspectiva do *neocorporativismo*,⁵ em que se reconhece que as cúpulas detêm o *monopólio do poder organizativo* e a *legitimidade junto à base social*.

3. Segundo Barbour (2009), é estudar a interação em um grupo em relação a um tema específico.

4. Segundo Reis (2002, p. 118), “as instituições são artefatos que resultam da interação humana”, ou seja, são elementos subjetivos que envolvem hábitos, normas, convenções sociais, racionalidades, processos de vida, evoluções, culturas etc.

5. A abordagem do *neocorporativismo* reconhece que as lideranças manifestam em suas opiniões/ações (institucionalizadas ou não) os conflitos abertos/explicitos e fechados/implícitos e as concertações dos grupos que representam. Ver mais em Schmitter (1985).

Tanto no nível *micro* quanto no nível *macro*, as amostragens dos casos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno a ser estudado em termos de experiências e de envolvimento dos participantes com o fenômeno (Flick, 2009a). Neste contexto, as amostragens de pessoas (nível *micro*) ou instituições (nível *macro*) também não seguem a noção clássica de amostragem – podendo assumir outros métodos de amostragem intencional –, como os casos extremos ou desviantes, os casos particularmente típicos, os casos distintos, os casos sensíveis etc. Em suma, as amostragens dos casos devem ser suficientemente relevantes para construir um *corpus* de materiais/artefatos sociais capazes de delinear os sistemas de valor, ideias e práticas do(s) objeto(s) *geográfico(s)* em estudo (Angrosino, 2009; Banks, 2009; Barbour, 2009; Flick, 2009a; 2009b; Gibbs, 2009).

Em algumas situações, as amostragens dos casos podem incluir igualmente lugares e/ou eventos/situações específicas.⁶ A seleção dos lugares e/ou eventos/situações também não segue a noção clássica de amostragem, mas a lógica de amostragem *estratégica* (Flick, 2009a). Por exemplo, Silva (2012) percorreu os vinte municípios que compõem o Território do Sisal realizando uma viagem exploratória (observação) e participou de duas plenárias do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia (Codes Sisal). Logo, a ideia é analisar a formação de materiais/artefatos sociais participando dos processos relevantes e/ou observando como eles se desdobram (Angrosino, 2009). Em razão de os recursos disponíveis ou necessários serem limitados, é imperativo identificar os momentos e os contextos certos para a observação (participante e/ou não participante).

Para coletar os dados das experiências de pessoas, grupos de pessoas ou instituições (ou seja, indivíduos e/ou grupos de indivíduos que agem em nome das instituições), recomenda-se o uso de entrevistas⁷ e/ou grupos focais. Para coletar os dados dos lugares e/ou eventos/situações específicas, recomenda-se o uso da etnografia e/ou da observação participante. Além disso, os estudos territoriais qualitativos podem ser complementados com documentos, notas de campo, conversas informais, fotografias, gravações e anotações pessoais (Angrosino, 2009; Banks, 2009; Barbour, 2009; Flick, 2009a; 2009b; Gibbs, 2009). Esse *mix* de métodos⁸ revela que a pesquisa qualitativa é desenvolvida no campo de tensão entre a criatividade⁹ (teórica, conceitual, prática e metodológica) e o rigor (metodológico) no estudo dos fenômenos, dos processos, das pessoas e das instituições (Flick, 2009a, p. 91).

6. Podem incluir lugares e/ou eventos/situações pessoais (formais ou informais) ou institucionais (formais ou informais).

7. É um dos métodos mais predominantes na pesquisa qualitativa, podendo ser: entrevistas únicas baseadas em um roteiro; entrevistas repetidas (estudos longitudinais); entrevistas em grupo; e entrevistas narrativas (Flick, 2009a, p. 106-107).

8. Os vários métodos devem ser aplicados conforme o princípio da adequação, levando em conta, em algumas situações, as estratégias de “atalho” – ou seja, métodos adequados ao tempo disponível (Flick, 2009a; Gibbs, 2009).

9. Criatividade para usar os métodos, para explorar os campos, para assumir novas ideias e perspectivas e para adaptar os métodos e planos àquilo que se aplica ao campo de estudo (Flick, 2009a, p. 90-91).

Finalmente, a análise dos dados qualitativos tem no relatório/texto seu principal produto final. Conforme Flick (2009a, p. 9), a pesquisa qualitativa está baseada em texto e na escrita. Ou seja, escrever é uma questão central para os estudos territoriais qualitativos. A análise resultará de uma combinação formal de ferramentas (analíticas) qualitativas, que mesclarão todos os tipos de dados – inclusive, pode ocorrer uma triangulação com dados quantitativos e estatísticos. Neste contexto, a qualidade da pesquisa qualitativa é o resultado de esforços de planejamento (projeto de pesquisa), realização (pesquisa de campo) e relatório de pesquisa (Flick, 2009b). Além disso, o propósito do relatório/texto final não é responder a perguntas de generalização,¹⁰ mas, antes de tudo, desenvolver um entendimento mais sistemático do material que se analisa (Angrosino, 2009; Banks, 2009; Barbour, 2009; Flick, 2009a; 2009b; Gibbs, 2009).

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.
- _____. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- JEZIORNY, D. L. Indicações geográficas e difusão de tecnologia no mercado de vinhos finos: um estudo comparado entre territórios no Brasil e na Espanha. *In*: ORTEGA, A. C.; MOYANO ESTRADA, E. (Orgs.). **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas: Alínea, 2015. v. 1, p. 231-254.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e território: a cafeicultura no cerrado mineiro**. Campinas: Editora Alínea, 2012.
- ORTEGA, A. C.; JEZIORNY, D. L. **Vinho e território: a experiência do Vale dos Vinhedos**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

10. É comum a pesquisa qualitativa não estar ligada de forma muito intensa à questão de generalização. Para Flick (2009a, p. 63), "a única generalização é: não há generalização". Em alguns estudos territoriais, é possível – com ressalvas – fazer alguma generalização "interna", ou seja, uma conclusão dentro de um contexto ou grupo estudado. A generalização "externa" – para além do contexto ou grupo estudado – é mais difícil na pesquisa qualitativa.

REIS, J. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o simples funcionamento dos sistemas complexos. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 105-132.

SCHMITTER, P. C. Neocorporatismo y Estado. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 31, p. 47-78, 1985.

SILVA, F. P. M. **Desenvolvimento territorial**: a experiência do Território do Sisal na Bahia. 2012. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

_____. Desenvolvimento, territorialidade e identidade: a experiência do território do Sisal na Bahia. *In*: ORTEGA, A. C.; MOYANO ESTRADA, E. (Orgs.). **Desenvolvimento em territórios rurais**: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Alínea, 2015. v. 1, p. 307-339.

